

Anais do XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte

Arte > Obra > Fluxos

Local: Museu Nacional de Belas Artes,
Rio de Janeiro,
Museu Imperial, Petrópolis, RJ
Data: 19 a 23 de outubro de 2010

Organização:
Roberto Conduru
Vera Beatriz Siqueira

texto extraído de
**A transferência da
tradição Clássica
entre Europa e
América Latina**

Título de Imperial e a produção de bens simbólicos: Imperial Instituto Artístico

Rogéria de Ipanema
UFRJ

Resumo

Legitimando um empréstimo e uma troca de valores de poder, com custos para o suplicante, o Título de Imperial, possibilitava àqueles que atendessem às condições, tornarem-se legalmente parceiros do projeto político do Império. Estendido inclusive à produtividade dos bens simbólicos, o objeto desta pesquisa é o processo administrativo da sociedade de três alemães, a Fleuiss Irmãos & Linde, proprietários do Imperial Instituto Artístico, instalado na corte do Rio de Janeiro.

Palavra Chave

Título de Imperial; imagem impressa; Imperial Instituto Artístico

Abstract

Legitimizing a loan and an exchange of values of power, with costs to the supplicant, the title of Imperial, allowed those that met the conditions to become legal partners in the political project of Empire. Extended even to the productivity of symbolic goods, the object of this research is the administrative process of the company of three Germans, Fleuiss Brothers & Linde, owners of the Imperial Instituto Artístico, at the court of Rio de Janeiro.

Key-words

Title of Imperial; printed image; Imperial

Os números do comércio de estampas e estabelecimentos litográficos, em formação, de firmas societárias em companhias, ou de desenhistas-litógrafos autônomos, desenvolveram-se em contínua expansão ao longo de quase todo o século XIX. Pelas impressões litográficas pioneiras de Pallière em 1817, passando pela implantação oficial pelo Estado em 1825 por Steinmann, até os registros exigidos pela Câmara Municipal, determinados pelo artigo 303 do Código Criminal de 1831,¹ onde os “proprietários das oficinas de impressão, litografia ou gravura que se achassem estabelecidos nesta cidade” eram “obrigados num prazo de oito dias”, a apresentarem seus “nomes, moradias e estabelecimentos”.² Durante todo o Império, notadamente a reprodução serial da arte da imagem impressa no Rio de Janeiro se fez pela litografia. Tais números podem ser evidenciados pelos anúncios do concorrido *Almanak Laemmert*,³ concluindo alguns totais. Além dos 4 nomes em 1832, registrados pela Relação da Câmara, no *Almanak* permanecerão os mesmos anunciantes, todos estrangeiros, durante os 16 anos seguintes. Em 1852 este número mais do que dobra, elevando-se para um total de 9 estabelecimentos, incluindo a forte Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, de Francisco de Paula Brito.⁴ Segue-se então com 13 identidades em 1854, 17 em 1861, ano em que a Fleiuss Irmãos & Linde começa a anunciar, 28 no início da década de 70, até o número máximo de 32 anunciantes para o ano 1875. Fechou o século com o número reduzido de 14 endereços.

As artes em geral constituíram-se uma grande direção da produção litográfica que fazia circular as necessidades sócio-culturais da época, enfatizadas pelo fluxo transmigratório europeu que se intensificara desde o período joanino. Especificamente, a litografia era portadora das narrativas paisagísticas, sociais e políticas da cidade tropical escravocrata, apreendidas pelos olhares dos estrangeiros viajantes e estampadas em impressões européias, ou estrangeiros residentes, e impressas por empreendimentos cariocas de instituição, mas ainda de origem estrangeira, como o *Lembranças do Brasil* (1849), da firma anglo-prussiana, Ludwig & Briggs, de *O Brasil pitoresco e monumental* (1856), com desenhos de Pieter Bertichen, publicado pela firma de Eduardo Rensburg, ambos holandeses, a *Galeria dos brasileiros ilustres*, do alsaciano Sebastien Auguste Sisson, ou da *Revista Illustrada* do ítalo-brasileiro Angelo Agostini.

A firma Fleiuss Irmãos & Linde^{AF}, apresenta-se comercialmente em 11 de janeiro de 1860, à Rua Direita, 49, 2º andar, Freguesia de São José, sendo sua

1 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. COD 43.1.22.

2 O primeiro estabelecimento a ser registrado foi o do litógrafo suíço Johann Steinmann, contratado pelo Arquivo Militar, em 1825, na Rua do Cano, 85 e o último em 1881, o nome de Pedro Monr, na Rua de S. Pedro, 170.

3 *Almanak Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, dos irmãos Eduardo Laemmert (Grão-Ducado de Baden, 1806 – Rio de Janeiro, 1880), cavaleiro da Imperial Ordem Brasileira da Rosa, e Henrique Laemmert (1812-1884). Iniciou a publicação em 1843, sobrevivendo até os anos de 1940. Com volumes de mais de 1.500 páginas alcançou enorme prestígio, e além dos números para a corte e província do Rio de Janeiro, a publicação cobria os setores produtivos de outras províncias, em publicações individuais, FERREZ, Gilberto. A obra de Eduardo Laemmert. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 331, p. 193-208, abr./jun. 1981.

4 No ano de 1854, a empresa está na Praça da Constituição, ns. 64, 66 e 68. Em 1856, na Rua dos Ciganos 28. Editor de grande aceitação na corte foi responsável por inúmeros títulos e periódicos, como *Mulher do Simplicio*, *Marmota Fluminense*, *Mutuca Picante*. Sobre Paula Brito, leia-se. GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965. (Coleção Vieira Fazenda).

primeira publicação, um título jornalístico de caricaturas, a *Semana Illustrada*, com uma forte cobertura dos acontecimentos da guerra do Paraguai. Em 1861 aparecerá anunciando-se já como “Instituto Artístico”, com identificação para a pintura a óleo e aquarela, acrescentado da descrição “fazem as composições e ilustrações de livros científicos e artísticos de qualquer maneira”.

Em documentação do Arquivo Nacional, encontra-se o processo administrativo pelo qual a firma de Henrique Fleiuss, seu irmão Carl Fleiuss e o sócio Carl Linde, requereu à sua majestade, o imperador d. Pedro II, o Título de Imperial. Neste se comprovam o dinamismo e determinação dos empreendedores alemães, em estabelecer com tecnologia diversificada, um lugar no comércio, na imprensa e no ensino artístico, construindo uma marca definida no fluxo cultural do centro do poder do Império, em um Rio de Janeiro de 150 anos atrás.

A empresa Fleiuss Irmãos & Linde chegou pronta para instalação, e logo se afirmou na corte com qualidade, justificando a imprescindibilidade da imagem nos veículos e meios geradores e consumidores de cultura, e organizada num bem estruturado parque gráfico. O Instituto Artístico, por ela criado, estabeleceu-se junto às práticas que se faziam mais costumeiras e necessárias no cotidiano social, não só metropolitano como rural, uma vez que a *Semana Illustrada*, sua primeira publicação, possuía assinantes em outras cidades e províncias. E agora, com o Título de Imperial, sua produção visual representaria a coroa num papel legitimado pelo Estado, que também nela se apoiava, imprimindo seu poder.

Três anos e meio após a fundação do estabelecimento, seus donos vêm no Título de Imperial, sentido mais comum entre os estrangeiros, a régia distinção que este representava, apresentando o requerimento do rogo da mercê, na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 25 de agosto de 1863^{AF}. Ao intercurso do processo, seguiu-se a lógica burocrática competente para estes casos. Logo à entrada, o Presidente do Conselho de Ministros, e responsável pelo Ministério do Império, Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, em Aviso de 15 de setembro, solicita ao Chefe de Polícia informar “qual o objeto especial do estabelecimento artístico, quantos empregados e suas nações, a disposição do edifício [...] para os que neste trabalham e moram e qual a organização da escola e mestres”. Em papel timbrado da Secretaria de Polícia, o juiz de direito e chefe de Polícia da Corte José Caetano de Andrade Pinto, no dia 17, responde à sua excelência, anexando uma cópia da informação “que a respeito do mesmo Instituto prestou”, o Subdelegado do 1º distrito da Freguesia do Sacramento, dr. Miguel da Silva Braga, “a quem disso encarreguei”, no dia anterior, dia 16, “que tendo pessoalmente examinado aquele estabelecimento julga-o no caso de merecer o que requereram os respectivos donos”. Nos papéis remetidos à autoridade da Polícia, no mesmo dia 17, pelo subdelegado distrital, também estão inclusas as informações prestadas “pelos donos do dito estabelecimento”. E por fim, exatamente 30 dias após dar entrada, o Instituto Artístico da Fleiuss Irmãos & Linde tornava-se Imperial, assumindo a coroa, nos empréstimos simbólicos de poder.

Resumindo: sua excelência o Ministro manda aviso ao Chefe de Polícia no dia 15, no dia 16, este oficia ao Subdelegado, que responde no dia 17, quando já havia visitado o estabelecimento e recebido as informações solicitadas aos donos, que o fazem no mesmo dia, finalmente, no dia 25 de setembro de 1863,

o Rio de Janeiro possuía um Instituto Artístico estrangeiro, multinacional, para expressão de uma arte brasileira?

As bases da súplica do Título estão para além do complexo parque gráfico que apresentam, apóia-se também em questões, que crêem os suplicantes, que não estão longe de uma realidade, de relevância para o Estado e a coroa, como a qualificação dos ofícios gráficos como um produto gerado pelo trabalho livre, assim como declaram, de constituição especializada, por brasileiros, portugueses e alemães. No requerimento original, demarcado por argumentos vincados no nacionalismo, o que se comprova é que Fleiuss estava atento às perspectivas culturais que imbricavam neste destino, embebidas o quanto possível de uma estética romântica de direção nacionalista que tentava nortear as produções literárias, teatrais e artísticas da época.

O Instituto Artístico ao se dirigir ao monarca, assim se identificou:

Fleiuss Irmãos & Linde, proprietários do Instituto Artístico, estabelecido no Largo de São Francisco de Paula, 16, tendo concorrido, por diversas vezes, para o engrandecimento da arte neste país, já publicando – as Recordações da Exposição Nacional, obra que [...], dará uma idéia exata da Primeira Exposição deste Império, já publicando em cromolitografia os estudos da Comissão Científica, que ultimamente visitou o Norte do Brasil [...] já publicando – outros diversos trabalhos artísticos, que comemoram fatos e acontecimentos notáveis do país; e já finalmente criando uma escola de xilografia, donde poderão sair artistas, que ganhem honestamente o pão, dando ao mesmo tempo grande incremento a uma arte tão pouco conhecida entre nós; ousam implorar de V. M. I. Atendendo às razões que acabam de oferecer [...], a graça de conceder ao seu [...] Instituto Artístico e, confiados no desejo que continuamente apresenta V. M. I. de proteger as Artes do majestoso Império, que tão sabiamente Dirige, [...] que se digne deferir benignamente aos suplicantes.

No segundo momento em que se pronuncia em resposta ao subdelegado, as descrições se fazem mais detalhadas, revelando a produtiva atividade das impressões, a partir da identificação do auto-exame dos proprietários em sua caracterização. Assim, dá-se conta sobre os processos artísticos com que opera, apresentado em um texto estratificado em informações que possibilitam ricos parâmetros de análise, interpretação e crítica.

Sobre a pintura, reporta, “O nosso Instituto Artístico ocupa-se com a pintura em óleo e aquarela”, e que “é executada pelos proprietários do Instituto”, descrevendo que haviam “recebido já a grande medalha de ouro pela Academia de Belas Artes”. O que é questionável, porque além de não ter havido exposição no ano de 1863, e de suas obras não constarem das Exposições de 1860 ou a próxima passada, de 1862, estas só estariam incluídas no *Catálogo da XVI Exposição Geral* de 1864, e mesmo assim sem registro de premiação. Será que se referiam a uma instituição europeia?

Pelos, então, processos de impressão, os argumentos se ampliam, assim que para a litografia, a praticavam “em todos os ramos artísticos, com exceção de trabalhos mercantis,” e completa relatando que, “temos fora dos trabalhos avulsos, uma grande quantidade de obras”, e além das já citadas em seu requerimento primeiro sobre a Exposição Nacional de 1861 e “todos os trabalhos da

Comissão Científica contendo já mais que cento e vinte quadros executados em cromolitografia”, acrescentam ainda, palestras, uma grande quantidade de retratos, incluindo das augustas princesas imperiais, a “*Flora Brasileira* do Doutor Freire Alemão,” e o conhecido “jornal humorístico”, *Semana Illustrada*.

Como um preciso inventário dos recursos materiais e humanos, e da capacidade da instituição, verifica-se que a litografia respondia pela maior produtividade do Imperial Instituto Artístico. Sua execução estava a cargo de 6 pessoas, “3 alemães, 1 brasileiro, 2 portugueses”, comportadas em duas salas “para os trabalhos feitos”, “uma para litografia” e “um laboratório”. E mais, no que se refere aos serviços de impressão litográfica, estes se encontravam distribuídos em mais duas salas, realizados por 9 impressores, identificados como: 4 brasileiros e 5 portugueses. Por fim, acrescentava que, “A fotografia”, em duas salas e a cargo de 1 alemão, “foi instalada para maior exatidão da litografia”, e “para fazer retratos”.

Em relação à xilogravura, reservada em um cômodo, “temos inaugurado uma escola de gravura em madeira, que já conta oito alunos e será aumentada a número de quinze,” dizendo que, “está se fazendo atualmente uma obra científica do doutor Capanema e uma grande obra para [...]o Ministro da Marinha, todas as gravuras em madeira, uma arte até agora desconhecida no Brasil”.

Para a tipografia, fazia o Instituto imprimir “obras ilustradas”, como o título de imprensa, mapas, textos científicos, encomendas para o Ministério da Agricultura, realizada por “2 impressores, 2 compositores”, 3 brasileiros e 1 português, mais “1 aluno” e “caixeiros de escritório”, ajustados em um sala.

Ao total, contando com mais uma sala de desenho, o Imperial Instituto Artístico possuía um complexo parque gráfico com 12 divisões. Vale localizar que seus concorrentes anunciantes diretos à época, somavam 17 oficinas litográficas, numa corte com cerca de 30 tipografias, publicando 23 títulos de imprensa.

Por fim termina declarando que “As publicações de nossa casa são bastante conhecidas, por isso não nos ocupamos mais com isso”, e que “Os fundos de reserva são depositados nas casas bancárias dos Srs. Bahia e Gomes e Filhos”, assim “Esperamos que as informações lhe satisfaçam, e temos a honra de servir [...] Atentos venerados criados = Fleiuss Irmãos & Linde= 17 de setembro de 1863”.

Para pensar em entender o que a fonte oferece, retiro duas consistentes atuações. Uma é que o Imperial Instituto Artístico fez sua inscrição na historiografia da arte brasileira, para além do programa gráfico que pretendeu, pois está inserido na prática do ensino artístico, quando desenvolveu a xilogravura, creditada no aprendizado sistemático do processo, a partir da representação do primeiro curso particular de gravura no Brasil, autorizado pelo Estado. Interessado em iniciar e garantir a qualificação da arte e ofício no país oferecia ao público jovem masculino anunciando que, os proprietários do Instituto “ensinariam tudo o que fosse preciso para esta bela arte que, em um curto espaço, tornará os moços que lhe forem confiados independentes, e cuidará com rigor da moralidade e atividade de seus discípulos”(COSTA, 1976, p. 98)^{4F}. Algumas das peças destes alunos encontram-se no segundo periódico editado pelo Imperial Instituto Artístico, que a partir do término da *Semana caricata*, em 1876, se inclinaria em um novo periódico, agora de abordagem multicultural e xilograficamente guar-

necido com imagens abertas, algumas no Rio de Janeiro e as demais de matrizes importadas, numa bela *Ilustração Brasileira* (1876-1878)^{AF}.

Nestas condições entende-se que, das instituições imperiais públicas das belas artes, próprias do governo, como a Academia Imperial das Belas Artes, ou das duas particulares, mais ainda de sua representação e com o Título de Imperial, como o Liceu de Artes e Ofícios, tornado Imperial somente em 1871^{AF}, e o Instituto Artístico, já Imperial oito anos antes, somente nesta última, se daria a primeira voz de ensino sistemático da gravura na Corte e certamente no país. Contudo, mesmo com determinante impulso, e profissionalização da mão-de-obra, a xilogravura não substituiu ou sequer igualou a arte da imagem impressa realizada pelo processo da litografia.

Uma segunda questão é apresentada partindo de que a Coroa expandiu seu território político e onde ela não existia, fazia-se ser através do Título de Imperial, e uma vez ultrapassando seus próprios limites, demonstrou caminhos de vantagens alheias. Neste momento, mais uma vez, é o Imperial Instituto Artístico que se destacaria na dimensão da produção de bens simbólicos dentro do universo da cultura visual, com a particularidade de construir uma imprensa político-caricata, sob a proteção do imperador. Quando Fleiuss Irmãos & Linde suplicam a titularidade, a humorística *Semana Illustrada* já contava com dois anos de existência, de uma saúde que perduraria por 16. Portanto, com a afirmação do Estado e sob o manto imperial, a arte da imagem impressa no Brasil para os anos de 1860 a 1876, através da caricatura, existiu no mais perfeito regime da liberdade de expressão.